



GUERNICA, LORCA E O ENSAIO DE 1939-1945

A Guerra Civil Espanhola nos manuais escolares portugueses

Guernica, Lorca and the 1939-1945 test.
The Spanish Civil War in Portuguese textbooks

SÉRGIO NETO, CLARA ISABEL SERRANO

Centro de Estudos Interdisciplinares, Universidade de Coimbra, Portugal

KEYWORDS

1. Teaching
2. Portuguese Textbooks
3. Contemporary History
4. Spanish Civil War
5. Ideology
6. Fascisms
7. Perceptions

ABSTRACT

This article aims to study how the Spanish Civil War has been approached by Portuguese 9th-grade History textbooks, from the 80s until nowadays. Using a qualitative-comparative methodology, we analyse topics such as the number of pages and quantity/quality of information; historical documents used; relation with other historical contents, among others. From this analysis, it is concluded that, despite the historical relevance and the geographic and temporal proximity of the theme, it has been taught in an increasingly brief, almost schematic way, with little problematisation of the content.

PALAVRAS-CHAVE

1. Ensino
2. Manuais Portugueses
3. História Contemporânea
4. Guerra Civil de Espanha
5. Ideologia
6. Fascismos
7. Percepções

RESUMO

O presente artigo propõe-se estudar o modo como a Guerra Civil Espanhola tem sido abordada pelos manuais de História do 9.º ano do Ensino Básico português, desde a década de 80 até à atualidade. Fazendo uso de uma metodologia qualitativa-comparativa, são analisados tópicos como número de páginas e quantidade/qualidade da informação; documentos históricos utilizados; relação com outros conteúdos históricos, entre outros. Desta análise conclui-se que, apesar da relevância histórica e da proximidade geográfica e temporal do tema, este tem vindo a ser lecionado de forma cada vez mais breve, quase esquemática, assistindo-se a uma escassa problematização do conteúdo.

Recibido: 21/ 06 / 2022

Aceptado: 29/ 08 / 2022

1. Introdução

Diversos escritores portugueses pensaram a questão do iberismo nos séculos XIX e XX (Matos, 2007). Começando por referir Antero de Quental e Oliveira Martins, para o século XIX, vale a pena sublinhar, para o século XX, Miguel Torga e José Saramago. Enquanto o Prémio Nobel da Literatura imaginou a Ibéria como uma “jangada de pedra” (Saramago, 1986), oscilando geográfica e culturalmente entre a Europa, a América e a África, Torga pensou, em *Alguns Poemas Ibéricos*, a península como uma entidade histórica de “vidas paralelas”, quase à maneira de Plutarco (Torga, 1952)¹. De facto, foi, talvez, este último escritor, um admirador de Miguel de Unamuno, quem mais refletiu acerca do “sentimento trágico” dos dois Estados Ibéricos no século XX. Tanto nos seus poemas, quanto no seu diário ou no romance autobiográfico *A Criação do Mundo*, são muitas as referências à Guerra Civil Espanhola, ao Franquismo e ao Salazarismo. Na verdade, foi a publicação da IV parte da *Criação do Mundo*, narrando a sua viagem por Espanha em 1937-1938, e a denúncia das atrocidades cometidas, que lhe custaria a prisão política no Aljube, em Lisboa. Ainda nos seus últimos anos de vida, reagindo à série documental *The Spanish Civil War*, da Granada Television Productions, ou à morte de *La Pasionaria*, que “não era para nós uma mulher partidária a discursar. Era a mãe libertária ibérica a clamar: *No pasarán*” (Torga, 1989, p. 1669), o escritor transmontano continuou a manter grande interesse por um dos acontecimentos históricos mais importantes da sua época.

Apesar do interesse da historiografia portuguesa (Loff, 2006; Simões, 2016; Madureira, 2017) e da relevância para a consolidação do regime de Salazar, o certo é que o tema da Guerra Civil Espanhola surge de modo breve e pouco consistente nos manuais portugueses de História do 9.º Ano. Recorde-se que é neste ano de escolaridade, em que os estudantes têm cerca de 14 anos, que a disciplina de História é obrigatória para todos, pelo que a maior parte não voltará a tomar contacto, na escola, com estas temáticas. Ou seja, apesar da relevância histórica e da proximidade geográfica e temporal do conflito, é possível afirmar que os manuais escolares mais recentes (2015-2021) apresentam menos páginas sobre a Guerra Civil Espanhola (por norma, apenas duas), não problematizando suficientemente a questão: os antecedentes, os opositores, os apoios internacionais e o papel do Portugal de Salazar. Refira-se que os manuais de 1980-1990 apresentavam uma visão mais completa, chamando a atenção para “a arte como arma” e para as diferentes sensibilidades ideológicas que compunham os blocos republicano e nacionalista.

Assim, os objetivos do nosso estudo passam por uma avaliação do tratamento da Guerra Civil Espanhola nos manuais escolares do 9.º Ano do Ensino Básico português entre 1980 e 2021, de modo a perceber a escolha dos documentos históricos (textos, cartazes de propaganda, fotografias dos protagonistas) e as relações estabelecidas com as outras ditaduras (Fascismo, Nazismo e Salazarismo). Para realizar este trabalho, foram selecionados os manuais mais representativos do ensino português, ou seja, aqueles que foram adotados por mais escolas, chegando assim a um maior número de estudantes. Neste artigo será feito uso de uma metodologia comparativa e qualitativa, tendo presente os estudos de Pingel (2010) e a teorização proposta por Herlihy para a categorização dos diferentes níveis de abordagem dos conteúdos (1992). Assim, serão tidos em conta três períodos, delimitados pela legislação escolar, que corresponderão a tantas outras alíneas, nas quais iremos analisando e discutindo os resultados:

- 1) Década de 80;
- 2) Década de 90 e primeira década do século XXI;
- 3) Segunda década do século XXI.

Numa palavra, usando um total de nove manuais, ou seja, três manuais para cada um dos três períodos. No que respeita aos tópicos analisados, iremos considerar: a) número de páginas e quantidade/qualidade da informação; b) documentos históricos utilizados (quantidade/qualidade e critérios de seleção por parte dos autores); c) relação com outros conteúdos históricos. As conclusões procurarão responder às considerações iniciais: quais as razões da escassa abordagem da Guerra Civil Espanhola na disciplina de História do 9.º ano do Ensino Básico português e se terá havido uma evolução ideológica na análise do tema ao longo dos três períodos aqui levados em linha de conta.

2. A Década de 80

Quando a Revolução dos Cravos ocorreu, a 25 de Abril de 1974, restava a Espanha pouco mais de um ano sob o governo de Francisco Franco. Esta quase coincidência histórica do fim das duas ditaduras, embora de modos diferentes, encontrou nova correspondência no ano da adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE), entrada essa que contribuiu para consolidar as duas democracias ibéricas, apesar das referidas dúvidas de Saramago. Veja-se que esse novo quadro político-institucional tem gerado uma série de entendimentos a nível nacional e regional transfronteiriço, o que pressuporia, em princípio, um melhor conhecimento da História

1 Alguns anos mais tarde, Torga alterou alguns destes poemas e acrescentou outros, publicando uma nova obra intitulada: *Poemas Ibéricos*. Coimbra Editora, 1965.

Contemporânea de Espanha. No entanto, conforme pretendemos demonstrar, por razões diversas, nem sempre o ensino da realidade recente do “país vizinho” tem merecido uma suficiente profundidade.

Um dos primeiros manuais de História surgidos após o 25 de Abril foi lançado logo em 1975, quando o processo revolucionário ainda se encontrava em curso. A linguagem usada, decerto tributária desse momento histórico, achava-se tingida por conceitos marxistas. Era assim que a última página desse manual, refletindo acerca do presente e do futuro próximo, declarava o país como uma originalidade: “[podemos] situar a construção do socialismo português entre o mundo capitalista (a que Portugal se confina geograficamente), onde passou a ser uma força de desagregação irreversível, e o Terceiro Mundo (a que Portugal se liga historicamente)” (Carmo, 1975, p. 107). De resto, essa última página deixava, também, uma nota acerca da “tarefa comum [de Portugal e das ex-colónias] de se reconstruir dos escombros do fascismo”, quer dizer, considerando o regime derrubado em 1974 como um fascismo. Mencione-se que, tanto a *Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo*, “criada em Portugal, em 1977, para investigar os abusos cometidos durante a vigência do regime ditatorial inaugurado em maio de 1926” (Morais, 2016, p. iii), quanto alguma da mais importante historiografia da época (Lucena, 1976) considerava o Estado Novo e o Franquismo como fascismos. Isto quando a maior parte da historiografia posterior e os manuais escolares tendessem a ver, no Estado Novo, um regime autoritário e conservador, com alguns “elementos fascistas”, mas não necessariamente fascista². Voltaremos a este ponto.

Esse manual, relacionando o “intervalo das duas guerras mundiais” com o “tempo das ditaduras, regimes políticos que se instalam no Ocidente burguês para preservação do capitalismo”, situava a Guerra Civil Espanhola nas “motivações políticas” conducentes à Segunda Guerra Mundial. E sobre estes conflitos mencionava que o Ocidente, “convencido de que o grande perigo é a expansão comunista”, tinha encarado os fascismos como “do mal o menos” (Carmo, 1975, p. 86). Nesse âmbito, num único parágrafo, sem qualquer documento específico, o texto não fazia qualquer alusão ao governo da Frente Popular em França, apenas se referindo à Frente Popular em Espanha e apenas no contexto da Guerra Civil. Ou seja, ao invés dos manuais das décadas seguintes, que associavam as Frentes Populares (Francesa e Espanhola) à resposta ao avanço do fascismo, este primeiro manual do pós-25 de Abril como que estaria a criticar o abandono da estratégia da “frente única” pelo Comintern. É certo que o manual, na sua visão “revolucionária”, se abstinha de descrever os crimes do estalinismo, sublinhando que “a organização económica dos Estados socialistas furta-se logicamente às doenças do capitalismo” (Carmo, 1975, p. 100). De qualquer modo, ainda que enunciando o apoio da URSS aos “republicanos da Frente Popular”, o manual não deixava de salientar a ideia mais comum dos manuais das décadas seguintes sobre a Guerra Civil Espanhola: “funciona como teste de forças rivais, e anuncia a grande conflagração mundial” (Carmo, 1975, p. 86).

Os manuais dos anos seguintes, deste último e de outros autores, começaram progressivamente a fazer uso de uma linguagem com um teor menos “revolucionário”. A consolidação da democracia em Portugal (e em Espanha) e o processo conducente à adesão à CEE de ambos os países produziram algumas alterações no modo de explicar aos mais jovens os acontecimentos de 1936-1939. Com efeito, foi nos anos 80 que se estabilizou o modelo explicativo da Guerra Civil de Espanha, o qual se manteria vigente nas décadas seguintes, apesar das sucessivas simplificações. Ou seja, este modelo integrava a Guerra Civil Espanhola e o Franquismo no Tema “As tensões internacionais na véspera da 2.^a Guerra Mundial”, adotando o seguinte esquema de análise: 1) “O tempo das ditaduras”, enquadrando Miguel Primo de Rivera, a Segunda República, a Guerra Civil e os primeiros anos do Franquismo no contexto internacional do expansionismo dos fascismos; 2) “A guerra civil espanhola (1936-1939)” propriamente dita (antecedentes, a formação do governo da Frente Popular, o *alzamiento* e as “duas Espanhas”; 3) “O auxílio estrangeiro”, dando conta dos apoios internacionais a republicanos e nacionalistas, da natureza “duríssima” da contenda e do desfecho de 1 de Abril de 1939 (com dois mapas, o quadro *Guernica*, de Picasso, e uma fotografia de Franco, “entra[ndo] triunfante em Saragoça” (Guerra 1984, pp. 86-89). Além de Franco, eram referidos os seguintes vultos: Miguel de Unamuno, Blasco Ibañez, Afonso XIII, Manuel Azaña e André Marty; denotando-se ausência de Federico Garcia Lorca, apenas mencionado no Tema das “Ruturas na Arte e na Literatura”. Numa palavra, o manual ia ao encontro da primeira das três categorias propostas por Herlihy, “expository-descriptive” (1992, p. 7), para apresentação dos conteúdos programáticos. Acrescente-se que nenhum manual, mesmo das décadas seguintes, se enquadra nas duas outras categorias teorizadas por este autor: “explanatory” e “investigative-argumentative” (1992, p. 7).

Por exemplo, um dos livros mais elaborados desta época, numa visão “maximalista” do conflito e também em apenas quatro páginas, realizava o sempre complexo exercício de associação cronológico-temática (Fontoura, 1987, pp. 82-85). De qualquer modo, os subtítulos obedeciam a uma rigorosa cronologia, explicitada detalhadamente: “1923-1930”; “1931-1933”; “1934-1936”, “1936” e “1936-1939”, sintetizando-se grandes quantidades de informação. Veja-se um exemplo:

1934-1936. As eleições de novembro de 1933 deram o triunfo às forças políticas conservadoras. O novo governo apresentou uma proposta de revisão da constituição de 1931 (anulação das leis laicas, limitação das autonomias regionais, etc.), suspendeu a reforma agrária e a aplicação das medidas sociais e reduziu a criação de escolas. A atitude reacionária do governo, o endurecimento das posições patronais frente às

2 As exceções são Torgal (2009), Rosas (2019) e Loff (2008).

reivindicações operárias e o aumento do desemprego acentuaram a tensão social. Às greves o governo respondia com forte repressão, detendo e deportando camponeses, operários e deputados (Fontoura, 1987, p. 83).

Note-se que, em outros manuais mais “minimalistas”, a explicitação deste período de intensa luta político-social e crescente radicalização era quase totalmente ausente (Guerra, 1984, p. 86; Neves, 1987, p. 84). Em todo o caso, para o período da Guerra Civil, todos estes manuais apresentavam as diferentes forças políticas em presença, com algum detalhe: “de um lado, os *Republicanos*, apoiados pelos partidos da Frente Popular e pelos sindicatos operários (UGT e CNT)” e do outro lado “os *Nacionalistas* ou *Franquistas* (comandados pelo general Franco), apoiados pelas organizações políticas de direita, como a Falange, o Requeté, as JONS e a maioria do povo rural” (Neves, 1987, pp. 84-85). De igual modo, a “intervenção estrangeira” era um dos tópicos mais enfatizados, enunciando-se que “os países ocidentais e a URSS não intervieram diretamente na contenda” (Neves, 1987, p. 85), ao passo que “os nacionais contaram desde os primeiros momentos com o apoio alemão, italiano e português” (Fontoura, 1987, p. 85). Enquanto um manual salientava a relação do Ocidente/URSS com os republicanos através da fórmula “limitando-se a facilitar a formação das *Brigadas Internacionais*” (Neves, 1987, p. 85), um outro livro esclarecia que “a União Soviética e corpos de voluntários europeus e norte-americanos, as Brigadas Internacionais, ajudaram os republicanos” (Fontoura, 1987, p. 85) e um terceiro que “a União Soviética forneceu aos republicanos armamento, pago com as reservas de ouro do Banco de Espanha. [...] Os republicanos foram especialmente auxiliados pelas Brigadas Internacionais, 40.000 homens de várias nacionalidades e orientações partidárias, dirigidas pelo comunista André Marty” (Guerra, 1984, p. 88).

A todos estes manuais, que faziam uso de documentos escritos (da autoria de Afonso XIII, Miguel Primo de Rivera e de José António Primo de Rivera), de variados mapas e de documentos iconográficos, (as greves durante a ditadura de Primo de Rivera, a proclamação da Segunda República, uma capa do jornal *Arriba*, o mencionado *Guernica* e as ruínas de Belchite), faltavam, em todo o caso, cartazes de propaganda ou as imagens mais icónicas dos fotógrafos que estiveram ao tempo em Espanha. Ainda assim, o texto explicativo, mais ou menos aprofundado, enunciava as causas do conflito, as forças em presença e as principais consequências:

Ao finalizar a guerra o país estava arruinado. A miséria e a fome alastravam entre a população. Milhares de espanhóis foram mortos e ficaram feridos; milhares de espanhóis foram obrigados a exilar-se para evitar a repressão e foi extremamente elevado o número de presos políticos. A nova situação substituiu a democracia por uma ditadura. Franco, à imitação do Duce e do Führer, chamou-se Caudilho, salvador da Pátria, encarnação de todos os seus valores históricos, mas os velhos problemas do país ficaram por resolver. Por último, a Espanha foi um campo de experiências militares para as potências estrangeiras e a guerra civil espanhola um prelúdio da 2.^a Guerra Mundial (Fontoura, 1987, p. 85).

3. Da Década de 90 ao Novo Século

A partir de 1980 foram várias as tentativas de dotar o país de uma Lei de Bases do Sistema Educativo, para “clarificar a estrutura do sistema escolar e evitar a tomada de medidas avulsas, por vezes incoerentes ou contraditórias” (Campos, 1987, p. 6). A estabilização dos currículos deu-se após a reforma educativa de 1986 e a publicação do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto, que aprovou os planos dos ensinos básico e secundário.

Contudo, só dois anos mais tarde, em 1991, foi publicado o primeiro documento normativo, a *Organização Curricular e Programa de História para o 3.º ciclo do Ensino Básico*. A temática da Guerra Civil Espanhola continuou a surgir no ano terminal do 3.º Ciclo, o 9.º ano, no ponto 10, “Da grande Depressão à Segunda Guerra Mundial”, no subtema “As Tentativas de Frente Popular”. Aqui, a temática era tratada num ponto específico, “Espanha: a vitória republicana e o levantamento nacionalista; a guerra civil” (1991, p. 71). Na clarificação de conteúdos e na especificação de aprendizagens, o programa previa que, neste tema, se “relacionem os efeitos da crise económica e as ameaças da expansão do fascismo com as tentativas de formação, em França e em Espanha, de um governo de unidade de esquerda que, no caso espanhol, desembocará na Guerra Civil” (1991, p. 72). Já nas estratégias e atividades propostas para a abordagem deste conteúdo, sugeriam-se o visionamento de filmes, documentais ou de ficção, assim como a leitura de textos literários, caso de *Por Quem os Sinos Dobram*, de Ernest Hemingway.

Por seu lado, a historiografia lusa conheceu um grande desenvolvimento, fruto da investigação em liberdade do pós-25 de Abril e do dinamismo e interesse das universidades em face do tema da(s) ditadura(s), sobre o qual se começava a escrever. Cumpre destacar alguns contributos, sobretudo quando estes relacionavam a Guerra Civil de Espanha com o período mais “fascizante” do Estado Novo (Pinto, 1992; Medina, 2000). Ou seja, a vitória da Frente Popular e o risco de uma “sovietização” ibérica teria desencadeado uma radicalização do regime português, constatável numa “estética” cada vez mais “fascista” (vulgarização da saudação romana; criação de uma organização de enquadramento da juventude, como a Mocidade Portuguesa; criação de uma organização paramilitar, como a Legião Portuguesa). Vejam-se dois exemplos: enquanto o jornal oficioso *Diário da Manhã* noticiou a Guerra Civil Espanhola como “Guerra Hispano-Soviética”, o poeta nacionalista António Freitas Soares

dedicou a Salazar o livro *Epopéia de Toledo*, “com os principais episódios hispano-luso-soviéticos desde Toledo a Madrid” em verso (1936).

Como quer que seja, ainda que assumindo o regime português como um autoritarismo do entre guerras ou uma ditadura conservadora influenciada pelo fascismo mussoliniano, a historiografia portuguesa, também seguindo a historiografia internacional, não reconhecia o Estado Novo como um fascismo *tout court*: “il y a là une première difference fondamentale avec le fascisme qui, en théorie au moins, se veut révolutionnaire [...] la seconde réside dans le caractère non totalitaire” (Milza, 2001, p. 393). Outra das dificuldades era que, ao invés do sucedido na Itália e na Alemanha, faltaria ao regime de Salazar um movimento político capaz de o conduzir ao poder. Ou até da natureza *pouco* carismática do líder: a mesma voz trémula de Franco e um “horror” às multidões, pouco enquadrável na lição aprendida por Mussolini e Hitler nos escritos de Gustav le Bon. Tenha-se presente que um filósofo português designou mesmo os discursos de Salazar como a “retórica da invisibilidade” (Gil, 1995). E, ainda que alguns dos estudos inovadores de Fernando Rosas, listando o Estado Novo como um fascismo, datem desta época (1986, 1988), a verdade é que apenas mais tarde publicou uma análise sistemática do regime português em face dos outros fascismos europeus (2019).

De que modo os manuais integraram este debate, sobretudo porque o tema do Estado Novo e da Guerra Civil de Espanha surgiam, nos manuais, em páginas sucessivas, logo após a análise do Fascismo italiano e do Nacional-Socialismo alemão? Dir-se-ia que o franquismo é mais vezes associado ao fascismo do que o Estado Novo:

Entre 1931 e 1936, o país [Espanha] viveu uma profunda instabilidade política motivada pela existência de dois blocos antagónicos: os partidos totalitários, fascistas, e os partidos democráticos, socialistas [...]. Em 1936 ganhou a esquerda as eleições que, temendo a ameaça fascista, estabeleceu – tal e qual em França – uma Frente Popular constituída por socialistas, comunistas e anarquistas [...]. Os nacionalistas venceram a guerra, tomando Madrid a 28 de março de 1939. A partir de então, e até 1975, sob a governação do general Francisco Franco, iniciou-se a longa ditadura espanhola de tipo fascista (Alves et al., 2004, p. 100).

Analisando os manuais deste arco temporal, cumpre assinalar a redução do espaço consagrado à abordagem da Guerra Civil Espanhola. Assim, nos três manuais considerados para este período, o tema é tratado em apenas duas páginas (Neves e Almeida, 1999, pp. 117-118; Alves et al., 2004, pp. 100-101; e Crisanto et al., 2004, pp. 128-129). Para esta limitação concorreu, deste o início do século XXI, o “cada vez mais notório eclipse no currículo escolar” da disciplina de História, “com a conseqüente redução de tempos letivos semanais. Como se sabe, esta tendência conducente à marginalização das Humanidades não é um dado novo, nem tão pouco constitui um exclusivo luso” (Serrano e Neto, 2022, p. 330). A este propósito, Martha Nussbaum escreveu que “as humanidades e as artes vêm sendo eliminadas, quer na educação primária e na educação secundária, quer no ensino superior”, uma vez que são “consideradas pelos decisores políticos adereços inúteis, num tempo em que as nações têm de cortar todas as coisas supérfluas” (2019, p. 38).

A narrativa adotada pelos três manuais incidia, com um muito breve descritivo, sobre o contexto político, económico e social espanhol do pós-Primeira Guerra Mundial até à instauração da Segunda República: “era um país predominantemente agrícola, com uma indústria pouco desenvolvida, ou seja, detentora de um grande atraso económico” (Crisanto et al., 2004, p. 128). Note-se que, neste particular, não apenas a abordagem da Primeira República Portuguesa, que terminou em 1926, com um golpe militar e a instauração de uma ditadura, ou até a caracterização da Itália antes de 1922 e da República de Weimar, resultam muito mais completas e problematizantes. No mesmo sentido, os manuais desta época apenas enunciam ou até omitem as várias fações políticas que compunham a Frente Popular e o Bloco Nacionalista. Foi assim que a caracterização destes últimos passou a ser feita através do famoso cartaz, *Los Nacionales*, de Juan Antonio Morales Ruiz, em que os apoiantes de Franco surgem num barco. E, de facto, verifica-se uma tendência crescente para a exploração de cartazes como fonte histórica: três cartazes em duas páginas (Crisanto et al., 2004, pp. 128-129).

Recurso extraordinário para as aulas, os cartazes, em todo o caso, têm vindo a substituir os documentos escritos, acentuando a sensação de a Guerra Civil Espanhola acabar por ser *leccionada en passant*. Por exemplo, um dos manuais consagrava uma das suas duas páginas a uma fotografia intitulada “General Franco na chegada a Burgos” e um texto historiográfico de Gabriel Jackson, extraído da obra de Fernando Rosas, *Século XX. Homens, Mulheres e Factos que mudaram a História*, que os autores intitularam de “Prenúncio de uma Guerra Mundial”. Curiosamente, pela associação de palavras, na primeira página do manual consagrada ao tema, reproduzia-se o quadro de Salvador Dali, *A Premonição da Guerra Civil* (Alves et al., 2004, pp. 100-101).

No que respeita às figuras da época, Calvo Sotelo surgia nos três manuais explorados. Enquanto um estabelecia uma relação causal entre o seu assassinato e o levantamento militar de julho, os outros inseriam-no na conjuntura de confronto político: a vitória eleitoral das esquerdas, “a adoção de uma política de coletivização [que] suscitou uma forte reação das forças conservadoras [...] e a ação anticlerical dos partidos da Frente Popular” (Alves et al., 2004, p. 100). Obviamente, todos os manuais mencionavam Franco, mas apenas um incluía outros oficiais revoltosos, como José Sanjurjo e Emilio Mola (Crisanto et al., 2004, p. 128). Referências, também, a “individualidades”, como André Malraux e Ernest Hemingway, assim como a Pablo Picasso, para o lado dos republicanos.

A fim, talvez, de evitar reproduzir *sempre* o quadro *Guernica*, dois dos manuais procuravam alternativas, ainda que versando sempre a cidade basca: ou pela simples associação do pintor a uma das grandes tragédias da Guerra Civil (Neves e Almeida, 1999, p. 118); ou inserindo um texto de Picasso, intitulado pelos autores do manual, “A arte como arma”:

A luta espanhola é a luta da reação contra o povo e a liberdade. Toda a minha vida de artista mais não tem sido do que uma constante luta contra a reação e a morte da arte [...]. No painel em que estou a trabalhar e a que chamarei “Guernica”, e em todas as minhas obras de arte recentes, exprimo abertamente o meu ódio à casta militar que mergulhou a Espanha num mar de dor e morte (Crisanto et al., 2004, p. 128).

A concluir, acrescente-se que uma mesma ideia percorria os três manuais, ainda que formulada de modo incompleto, quer dizer, a Guerra Civil de Espanha como um ensaio para a Segunda Guerra Mundial (1. alinhamento dos blocos; 2. teste dos seus armamentos e das suas táticas). Exemplos: “a Guerra Civil de Espanha preparou, com os ensaios efetuados, os blocos que iriam estar presentes na Segunda Guerra Mundial [1,2]” (Alves et al., 2004, p. 100); “esta guerra civil prefigurou os blocos em confronto da 2.ª Guerra Mundial [1]” (Neves e Almeida, 1999, p. 117); “a Alemanha experimentou armamento nesta guerra, concretamente a aviação. Particularmente célebre tornou-se a Legião Condor [2]” (Crisanto et al., 2004, p. 128).

4. A Segunda Década do Século XXI

A partir de 2013, a linha de conteúdos e as propostas de atividades e estratégias previstas na *Organização Curricular e Programa de História para o 3.º ciclo do Ensino Básico* passaram a ser articuladas com as *Metas Curriculares de História. 3.º Ciclo do Ensino Básico. 9.º Ano*. Vindas a lume no ano letivo de 2013/2014, verificou-se que temática da Guerra Civil Espanhola aparecia no domínio “Da Grande Depressão à 2.ª Guerra Mundial”, inserida no subdomínio “Ditaduras e democracia na década de trinta” (2013, p. 25), mais especificamente no ponto 5. “Conhecer e compreender as respostas dos regimes demoliberais à ‘Crise de 1929’ e à Grande Depressão da década de 30”. Três metas, a partir das quais os manuais passaram a ser elaborados, versavam mais ou menos diretamente a Guerra Civil de Espanha:

3. Relacionar os efeitos da Grande Depressão e do crescimento do fascismo com as tentativas de formação de governos de unidade nacional (Grã-Bretanha e Suécia) e de Frentes Populares (França e Espanha); 4. Referir medidas tomadas pelos governos de Frente Popular em França e Espanha; (...) 6. Integrar a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) no contexto dos confrontos ideológicos da década de 30 do século XX (2013, pp. 26-27).

Não obstante esta aparente valorização do tema da Guerra Civil (três metas), a realidade vertida nos manuais resulta bem diferente. Em boa verdade, este acontecimento confunde-se cada vez mais com a questão das Frentes Populares (duas das três metas). Um desses compêndios insere as duas Frentes Populares em duas páginas, com apenas um parágrafo (15 linhas) para a Guerra Civil e apenas dois documentos, os quais, na verdade, são apenas um, pois que representam o mesmo assunto: uma fotografia das ruínas de Guernica e o quadro de Picasso (Lagartixa et al., 2020, p. 110). Por sua vez, uma versão mais “maximalista” trata a Segunda República, Frente Popular e a Guerra Civil Espanhola e as suas consequências em duas páginas, com uma terceira abordando o bombardeamento de Guernica e explicitando os diversos elementos do quadro (Diniz et al., 2020, pp. 104-106).

De um modo geral, como já mencionado, a narrativa dos manuais mais recentes prima pela simplificação da cronologia, dos documentos iconográficos usados (quase sempre *Guernica*) e pela valorização da fotografia sobre o cartaz, como que respondendo a uma procura de hiper-realidade e de tentativa de ultrapassar uma distância histórica de 80 anos, decerto motivadas pelo presentismo dos *media* tradicionais e das redes sociais (Vedevoto e Correio, 2019). Acresce que se acentuou a perda de tempos letivos semanais da disciplina de História, pelo que tende a não haver lugar para análises mais complexas e demoradas. Existe, ainda, uma outra razão, talvez mais psicológica: é que a temática da Guerra Civil Espanhola antecede justamente a Segunda Guerra Mundial, provavelmente o assunto acerca do qual os alunos possuem maiores conhecimentos. Neste sentido, gera-se uma certa ansiedade pelo assunto “desejado” e, sem dúvida que, apesar da proximidade geográfica, acaba por dominar a distância temporal em relação aos acontecimentos de 1936-1939. É certo que estes manuais explicitam o envolvimento português, com o apoio de Salazar a Franco, mas também não desenvolvem a questão da raia, mesmo após os estudos de Dulce Simões (2016). Por outro lado, os três manuais asseveram que o Franquismo é “um regime de tipo fascista”, indo ao encontro dos influentes trabalhos do historiador português Manuel Loff (2006, 2014).

Ainda no campo dos documentos, um dos manuais procura ilustrar uma certa geometria dos dois blocos em contenda, utilizando dois excertos da obra *Por Quem os Sinos Dobram*, que refletem a violência exercida em ambos os lados da guerra, sendo que a escolha dos dois trechos parece seguir a formulação de Paul Preston acerca da “violência planificada” e da “violência impulsiva”, respetivamente (Preston, 2017, p. 18):

“Excessos de ambos os lados - A violência nacionalista”. O meu pai era o alcaide da aldeia, um homem respeitado, a minha mãe era uma mulher muito considerada e uma boa católica. Mataram-nos a ambos, por causa das opiniões do meu pai, que era republicano. Eu vi matá-los. O meu pai disse ‘Viva la Republica’, quando foi fuzilado, de pé, contra o muro do matadouro da aldeia. A minha mãe, de pé contra o mesmo muro, disse: ‘Viva o meu marido, o alcaide desta terra’.

“Excessos de ambos os lados - A violência republicana”. Don Benito Garcia ia avançando entre as filas de aldeões armados de manguais sem que nada acontecesse. Então vi, a três metros de mim, um homem que mordida os lábios [...]. Quando Don Benito passou diante dele, o homem levantou o mangual e desferiu-lhe uma pancada que o atingiu num dos lados da cabeça (...) uma segunda pancada feriu Don Benito no rosto (...) outros bateram-lhe até o derrubarem e, pegando-lhe pelos braços, atiraram-no ao rio, de cima do penhasco” (Diniz et. al., 2020, p. 105).

No que respeita às figuras históricas, denota-se a mesma tendência dos manuais anteriores quanto à referência a políticos e intelectuais deste período histórico, indo do “maximalismo”: Primo de Rivera Afonso XIII, Francisco Franco, André Malraux, Ernest Hemingway e Pablo Picasso (Diniz, 2020, pp. 104-105), “ao minimalismo” de Francisco Franco (Lagartixa et al., 2020, p. 110), passando pelo intermédio de Francisco Franco e José António Primo de Rivera (Amaral et al., 2020, p. 105).

A concluir, aponte-se que o atual documento orientador do programa, *As Aprendizagens Essenciais. História - 3.º Ciclo do Ensino Básico. 9.º Ano* foi publicado em julho de 2018. No entanto, para o caso do 9.º ano de escolaridade, apesar das ligeiras alterações que as sucessivas edições dos manuais escolares têm sofrido, só no ano letivo de 2023/2024 começarão a ser utilizados os primeiros compêndios elaborados de acordo com este documento. A *Organização Curricular e Programa de História para o 3.º ciclo do Ensino Básico e Metas Curriculares* – que coexistiram com as *Aprendizagens Essenciais* até ao final do ano letivo de 2020/2021 – foram revogados pelo Despacho 6605-A/2021, de 6 de julho. Deste modo, o estudo da temática em apreço encontra-se incluído no tema “Da Grande Depressão à Segunda Guerra Mundial”, no subtema “As dificuldades económicas dos anos 30. Entre a ditadura e a democracia”, resultando num único e pouco claro descritivo: “Problematizar a guerra civil espanhola, inserindo-a no contexto ideológico da época” (2018, p. 8). Prevê-se, pois, nova (e preocupante) simplificação da temática.

5. Conclusões

Usando uma análise qualitativa e comparativa, compreendendo os manuais escolares de História mais adotados em Portugal, assim como uma cronologia cindida em três períodos (década de 80; década de 90 e primeira década do século XXI; e a segunda década do século XXI), este estudo procurou mensurar a presença do conteúdo da Guerra Civil Espanhola no ensino luso no 9.º Ano. A razão desta escolha prende-se com o facto de este ser justamente o último ano letivo do ensino em que todos os alunos têm a disciplina de História, sendo a primeira e a última vez em que o tema da Guerra Civil é lecionado. A análise incidiu em três elementos: a) número de páginas e quantidade/qualidade da informação; b) documentos históricos utilizados (quantidade/qualidade e critérios de seleção por parte dos autores); c) relação com os outros conteúdos históricos. Acrescente-se que, apenas a partir da década de 90, em que passou a haver diretrizes curriculares ministeriais, as narrativas presentes nos manuais analisados sobre a Guerra Civil de Espanha se tornaram consonantes com esses normativos.

Deste modo, no que respeita ao elemento a), verifica-se que, no contexto da menor relevância das ciências sociais e humanas, o tema perdeu páginas e influência: de um modo geral, foi reduzido para metade, quer dizer, de quatro para duas páginas. Como resulta óbvio, a quantidade de informação do texto explicativo foi afetada. Ainda assim, submetidos a um rigoroso processo de certificação, pelo Ministério da Educação, e seleção, por parte dos docentes dos estabelecimentos escolares, os manuais não perderam necessariamente qualidade, uma vez que quase não possuem erros científicos. A questão da “qualidade” deve ser antes medida pela “quantidade”, pois que algumas questões se tornaram esquemáticas, ou seja, enunciações sem problematização. Note-se a redução do número de personagens históricas que, em alguns casos, acaba por personalizar o conflito e o regime daí resultante em Franco. Veja-se, também, o modo sucinto dos enquadramentos históricos da ditadura de Primo de Rivera e do contexto da Segunda República Espanhola.

A partir da análise de conteúdo, tornase evidente que existe uma evolução no tratamento e na profundidade da temática. Assim, enquanto na década de 80, os manuais chegavam, inclusive, a apresentar a evolução cronológica dos acontecimentos até à eclosão do conflito, privilegiando as etapas da guerra e até dando ênfase aos apoios internacionais das duas facções, à medida que avançamos para o século XXI esta abordagem tornou-se mais simplificada e até superficial. Cada vez mais o tema perdeu autonomia, passando a ser relacionado com a Frente Popular em França e vista, acima de tudo, como prelúdio/ensaio do conflito de 1939/1945. Ou seja, é mais pela internacionalização, pelo “world war in miniature” (Thomas, 2012, p. 451), que a guerra é abordada.

No que concerne ao elemento b) documentos históricos utilizados, verificase uma predominância dos documentos iconográficos (quadros, fotografias e cartazes) em relação aos documentos escritos. Esta tendência

tem vindo a acentuar-se, sendo que se percebeu mesmo uma mudança dos cartazes (décadas de 90 e primeira década do século XXI) para a fotografia (segunda década do século XXI). Sem dúvida que se terá respondido ao presentismo do nosso tempo, podendo-se antecipar que os novos manuais de 2023 venham a apresentar fotografias coloridas, como é agora prática (vejam-se os muitos grupos históricos das redes sociais que promovem esta prática).

Na verdade, poucos são os manuais mais recentes que apresentam documentos escritos, sejam eles redigidos por contemporâneos ou por historiadores. Menos ainda os que apresentam fontes com visões opostas, que permitam comparar a atuação nacionalista com a republicana e vice-versa. De resto, os autores, tendo presente a instauração da ditadura franquista, “irmã” da salazarista, privilegiam os valores da democracia, sendo favoráveis ao bloco republicano.

Por último, atente-se no elemento c) relação com os outros conteúdos históricos. Sobre este é possível dizer que se os manuais da década de 80 e, posteriormente, os manuais da segunda década do século XXI, enquadravam a Guerra Civil de Espanha no contexto das lutas ideológicas entre os regimes democráticos e os regimes autoritários. Identificavam, deste modo, o franquismo como um fascismo. Ora, nos manuais da década de 90 e da primeira década do século XXI houve um afastamento desta identificação ideológica. Como explicar a alteração? Talvez a chave assente na inversão do famoso axioma de Chateaubriand “o tempo faz pelos homens o que o espaço faz pelos monumentos [...] demasiado perto, não se veem; demasiado longe, já não se veem” (Nouschi, 1996, p. 7). Quer dizer, no rescaldo do Franquismo/Salazarismo, ainda se veem, e no recrudescimento da extrema-direita, já se veem. De realçar, de igual modo, nos manuais da década de 90 e da primeira década do século XXI, o silêncio dos mesmos relativamente ao apoio português aos nacionalistas, algo que constava nos manuais da década de 80 – claramente mais marcados pelo cunho ideológico da revolução de Abril –, menção essa que foi reintroduzida pelos manuais da última década do século XXI.

Em resumo, tendo em conta o desafio da interdisciplinaridade e a necessidade de conhecer melhor um dos capítulos mais importantes da História recente do “país vizinho”, dir-se-ia que os programas e os manuais deveriam ser revistos e aprofundados. Através de um maior número de páginas, de documentos escritos, mas também iconográficos, e do papel português perante o conflito. Porque, daí, afinal, advieram percursos de certo modo paralelos das duas partes da jangada de pedra.

6. Agradecimento

Este artigo resulta da investigação levada a cabo pelos autores a partir de fundos nacionais, por meio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do financiamento do UIDB/00460/2020 atribuído ao Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC).

Referências

- Alves, E., Vieira, E. N., Ferrão, M. C., e Maia, R. L. (2004). *História 9*. Porto Editora
- Amaral, C., Alves, B., e Tadeu, T. (2020). *Missão: História 9 – 9.º Ano*. Porto Editora.
- Aprendizagens Essenciais. História - 3.º Ciclo do Ensino Básico. 9.º Ano* (2018). Direção-Geral da Educação.
- Campos, B. P. (1987). *Prefácio à Lei de Bases do Sistema Educativo – Apresentação e comentários*. Edições Asa.
- Carmo, A. (1975). *Compêndio de História: 3.º Ano do Liceu*. Edições Asa.
- Crisanto, N., Simões, I. e Mendes, J. A. (2004). *Olhar a História 9*. Porto Editora.
- Diniz, M. E., Tavares, A., Caldeira, A. M., e Henriques, R. P. (2020). *História Nove – 9.º Ano*. Raiz Editora | Lisboa Editora.
- Fontoura, M. (1987). *História. 9.º Ano*. Editorial Presença.
- Gil, J. (1995). *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Relógio d'Água.
- Guerra, M. L. (1984). *História 9*. Porto Editora.
- Herlihy, J. G.; Herlihy, M. T. (1992). *The Textbook controversy: issues, aspects, and perspectives*. Ablex Pub. Corp.
- Lagartixa, C., Sardinha, H., Gomes, J., Lopes, P. C. (2020). *Hora H 9 – História – 9.º Ano*. Raiz Editora | Lisboa Editora.
- Loff, M. (2006). A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa. *Ler História*, 51, 77-131. <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2593>
- Loff, M. (2008). “O nosso século é fascista”. *O mundo visto Salazar e Franco (1936-1945)*. Campo das Letras.
- Loff, M. (2014). A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa [revisito]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23079/2/manuelloffmemoria000092863.pdf>
- Lucena, M. (1976). *A evolução do sistema corporativo português* (vols. I e II). Perspectivas & Realidades.
- Madureira, A. (2017). *Salazar anos de tensão: a guerra de Espanha, a repressão e a concentração de poderes*. Clube do Autor.
- Matos, S. C. (2007). Conceitos de Iberismo em Portugal. *Revista de História das Ideias*, 28, 169-193. https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41624/1/Conceitos_de_Iberismo_em_Portugal.pdf
- Medina, J. (2000). *Salazar, Hitler e Franco*. Livros Horizonte.
- Milza, P. (2001). *Les Fascismes*. Points.
- Morais, J. R. (2016). *Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista: Em busca da verdade?* ISCTE | IUL.
- Neves, P. A. (1987). *Nova história 9*. Porto Editora.
- Neves, P. A. e Almeida, V. C. (1999). *(Novo) Ao encontro da História 9*. Porto Editora.
- Nouschi, M. (1996). *O Século XX*. Instituto Piaget.
- Nussbaum, M. (2019). *Sem Fins Lucrativos. Porque precisa a Democracia das Humanidades*. Edições 70.
- Organização Curricular e Programa de História para o 3.º ciclo do Ensino Básico* (1991). Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica.
- Pingel, F. (2010). *UNESCO Guidebook on Textbook Research and Textbook Revision*. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization | Georg Eckert Institute for International Textbook Research.
- Pinto, A. C. (1992). *O salazarismo o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Editorial Estampa.
- Preston, P. (2017). *El holocausto español. Odio y exterminio en la Guerra Civil y después*. Debols!llo.
- Ribeiro, A. I., Nunes, J. P. A., Cunha, P. J. P (2013). *Metas Curriculares de História. 3.º Ciclo do Ensino Básico*. Ministério da Educação e Ciência.
- Rosas, F. (1988). *O salazarismo e a aliança luso-britânica: estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 a 40*. Fragmentos.
- Rosas, F. (1986). *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*. Editorial Estampa.
- Rosas, F. (2019). *Salazar e os Fascismos*. Tinta da China.
- Saramago, J. (1986). *A Jangada de Pedra*. Caminho.
- Serrano, C. I. e Neto, S. (2022). De Clio a Cassandra. Perceções da União Europeia nos Manuais de História Portugueses. *Revista de História das Ideias*, 40 (2), 327-347.
- Simões, D. (2016). *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola: Resistências, Solidariedades e usos da Memória*. Edições Colibri.
- Soares, A. S. (1936). *Epopeia de Toledo*. Tipografia Domingos de Oliveira.
- Thomas, H. (2012). *The Spanish Civil War*. Penguin Books.
- Torga, M. (2016). *A Criação do Mundo*. Publicações D. Quixote.
- Torga, M. (1952). *Alguns Poemas Ibéricos*. Coimbra Editora.
- Torga, M. (1989). *Diário. Vols. IX a XVI* (entrada de 12-11-1989). D. Quixote, 1669.
- Torga, M. (1965). *Poemas Ibéricos*. Coimbra Editora.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo* (vols. I e II). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vedovoto, F. S. e Correio, M. A. Z. (2019). Tempo Histórico, Presentismo e Escola: Desafios para o Ensino de História na Contemporaneidade. *Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade*, 6 (12), 114-126.